

Governo quer preparar mercado para a demanda por longo prazo

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

"A demanda por financiamento de investimento a longo prazo vem primeiro do próprio governo. Ainda não existe demanda por recursos de longo prazo pelo setor privado. As empresas estão líquidas ou com investimentos bem dimensionados, que são atendidos por linhas como o Finepe." Esta afirmação foi feita ontem por Luiz Carlos Mendonça de Barros, diretor da Área de Mercado de Capitais do Banco Central, durante o seminário "Ações: comportamento, reações e perspectivas pós-cruzado", patrocinado pela Associação Nacional das Corretoras de Valores (Ancor).

O governo, segundo o diretor, está preocupado em estabelecer mecanismos de financiamento a longo prazo. "É preciso montar o arcabouço, mas não se cria demanda artificial por recursos", observou. Segundo ele, o BC estuda novos mecanismos de captação de recursos ou nova dimensão para os já existentes. Neste contexto, assegura Mendonça de Barros, haverá lugar para as debêntures, por exemplo, tradicional instrumento de captação de recursos de longo prazo.

REPACTUAÇÃO

O diretor do Banco Central (BC) considera, contudo, que o BC está convencido de que todo mecanismo de financiamento deverá



Luiz Carlos Mendonça de Barros

necessariamente passar pelo processo de repactuação de taxas, já que a correção monetária foi abolida definitivamente. Mendonça de Barros acredita que o mercado acionário terá efetiva participação no processo de encaminhamento de financiamento a longo prazo. No entanto, diz o diretor, a fatia de financiamento que caberá à responsabilidade do mercado acionário deverá ser dimensionada pelo próprio mercado, que fará a divisão de seu portfólio de aplicações.

Durante sua exposição aos participantes do seminário, Mendonça de Barros lembrou que a preocupação atual do governo é realocar a poupança existente no País de forma que ela possa ser uma alavanca para o ciclo de crescimento econômico que foi instaurado no País com o Plano Cruzado.

O diretor do BC esclare-

ceu que, apesar das dificuldades estatísticas, a autoridade monetária está terminando um boletim especial — que deverá ser divulgado em algumas semanas —, indicando que a poupança voluntária no Brasil de pessoas físicas e jurídicas está em torno de US\$ 120 bilhões a US\$ 130 bilhões. "Este número pode não ser tão expressivo se comparado com a poupança de países mais desenvolvidos, mas é bastante significativo se comparado com a dívida externa brasileira, de aproximadamente US\$ 90 bilhões. Estes US\$ 130 bilhões significam algo 30 a 40% superior à poupança externa que entra no País nos últimos quinze anos sob a forma de empréstimos."

UM GRANDE ATIVO

Mendonça de Barros reiterou que o Brasil tem hoje um grande ativo dentro de sua economia. Esta é a diferença em relação a outros países que vivem em situação semelhante à brasileira, reciclando suas economias. "Na verdade, são duas as diferenças: nós preservamos um bolo de poupança e não sucateamos nosso parque industrial. Uma das preocupações reais da reforma monetária foi a preservação desta poupança num primeiro momento. E, num segundo momento, a realocação destes recursos para impulsionar o crescimento econômico."

O diretor do Banco Central esclareceu que, apesar dos indicadores precários, o BC acredita que não houve "queima" financeira da poupança interna via consumo. Os saques na cedulista de poupança, no seu entender, corresponderam, na realidade, a um reflexo da remonetização da economia, que era esperada. O aumento do consumo seria decorrente — em sua análise — do aumento da renda disponível, via maior liberação de Imposto de Renda na fonte; aumento da massa salarial devido ao crescimento industrial; e con-

fiança da população no Plano Cruzado, que liberou as pessoas do fantasma do desemprego e da queda do poder aquisitivo.

"QUASE MOEDA"

Para Mendonça de Barros, o governo está empenhado em reverter uma situação que se repete há cerca de sete anos, quando a escalada da inflação trouxe uma nova figura ao mercado financeiro: a "quase moeda", que nada mais é senão as aplicações por curto prazo no "overnight". A "quase moeda", segundo o diretor, contaminou a poupança interna, inabilitando outros ativos financeiros como os certificados de depósito bancário (CDB), que passaram a ser carregados diariamente no mercado de ADM, ou cheque administrativo; e, mesmo a caderneta de poupança, que chegou a ter seu prazo reduzido para trinta dias.

O Plano Cruzado, no entender de Mendonça de Barros, trazendo a estabilidade da moeda faz com que esta retorne ao seu lugar natural "Para o nosso bolso ou para os depósitos a vista dos bancos comerciais". "Dentro deste contexto", observa Mendonça de Barros, "ressalta a preocupação do BC no sentido de restabelecer o perfil desta poupança visando maximizar o retorno da poupança sobre o crescimento econômico e mudando o arcabouço institucional do sistema financeiro."

REDEFINIÇÃO

"Teremos de repensar a finalidade das instituições, que se nivelaram no sentido de captar a 'quase moeda'. Hoje, todas as instituições estão voltadas para atuar na captação da 'quase moeda' e também para conceder crédito. É necessário, porém, redefinir que instituições estarão destinadas a oferecer crédito de curto prazo, quais serão responsáveis pelo crédito de longo prazo e quais atuarão no mercado de capitais", finalizou.